Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano III nº 58
17/07/98 a 29/07/98
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

LEILÃO da VERGONHA!

Wladimir Souza

Sede da Embratel em São Paulo: na mira dos tubarões

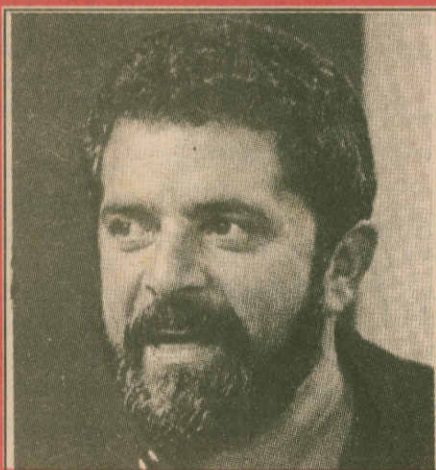
Governo facilita ainda mais a privatização do Sistema Telebrás. Agora, os tubarões que abocanharem as teles terão "financiamento" do BNDES para comprar equipamentos de telecomunicações. As multinacionais adoraram e disseram "isso é um bom incentivo". Sindicatos e entidades democráticas tentam barrar o leilão do dia 29 com mais de 50 ações judiciais. CUT e partidos de oposição convocam atos de protesto para o dia 21. No dia do leilão haverá manifestações no Rio de Janeiro. Se houver a privatização, governo vai repassar grana arrecadada para banqueiros e especuladores.

páginas 2 e 3

POLÊMICA

Programa de governo de Lula não enfrenta o grande capital

União do Povo quer priorizar agenda social sem tocar nos privilégios da classe dominante.

páginas 6 e 7

PSTU apóia ação para impugnar candidatura de FHC

página 4

Sindicalistas fazem avaliação da greve nas universidades

páginas 8 e 9

ESPAÇO ABERTO

Alerta à Nação

Privatização da Telebrás - Governo FHC vende a soberania nacional

O governo FHC está preparando o golpe final contra o sistema Telebrás, ao decidir vendê-lo aos grandes grupos multinacionais que passarão a ter completo domínio sobre todas as informações que circulam em território nacional. Este crime contra a soberania nacional representará a entrega de um setor estratégico para o país. Representará, também, um golpe contra o consumidor. As metas de garantir aos brasileiros mais pobres o acesso ao serviço telefônico certamente serão abandonadas, porque as compradoras não trarão recursos próprios suficientes e só investirão à custa de reajustes de tarifas.

É preciso alertar a nação que a venda do Sistema Telebrás, a preços vis, significará a liquidação de um sistema eficiente e lucrativo, que investiu quase R$ 33 bilhões de 95 em diante e que hoje instala um terminal fixo a cada 15 segundos, um telefone público a cada quatro minutos. Significará a liquidação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás – um dos cinco mais importantes e avançados do mundo.

É preciso alertar a nação que a privatização do Sistema Telebrás e sua fragmentação em 12 empresas representará não só a renúncia a milhares de empregos qualificados, num momento em que o desemprego, sobretudo entre os jovens, atinge quase 20%, como também a liquidação da única empresa nacional capaz de fazer frente às grandes operadoras multinacionais do setor e colocar as telecomunicações como base para políticas públicas de educação, saúde e desenvolvimento tecnológico a serviço da população. Significará a liquidação da indústria nacional de telecomunicações, enquanto as multinacionais cobrarão em reais dos consumidores brasileiros e remeterão dólares para o exterior, reduzindo o país à função de exportador de capitais.

Porque o governo manipula os números e se apressa agora a entregar a Telebrás por menos do valor previsto inicialmente? Por que essa pressa de vender as empresas a menos de três meses das eleições, quando toda a população vai decidir sobre os projetos apresentados para o país? Que garantias tem a sociedade brasileira de que a lisura do processo eleitoral não será ferida por um ato de tamanhas consequências?

Chega de comprometer o futuro do Brasil!

Exigimos a imediata suspensão do processo de privatização do Sistema Telebrás e das empresas estatais estratégicas – antes que esse crime seja consumado, e que a sociedade brasileira possa debater, se manifestar e decidir sobre ela.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1998

Barbosa Lima Sobrinho,
Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e presidente do Movimento de Defesa da Economia Nacional

---

Escreva para o Opinião Socialista

e-mail: pstu@uol.com.br

cartas: Rua Jorge Tibiriçá, 238 – Saúde
CEP 04126-000 São Paulo – SP
fax : (011) 549-9699 ou 575-6093 ramal 37

Visite a nossa home page
www.pstu.home.ml.org

O QUE SE VIU

Gazeta do Povo

Lula, Roberto Requião (PMDB) e Brizola, de mãos dadas, em caminhada pelas ruas de Curitiba no último dia 10, em ato de apoio à candidatura de Requião ao governo do estado Paraná.

O QUE SE DISSE

"A estabilidade, no fundo, é mais importante para a esquerda que para qualquer outra força política. É ela que nos permite executar uma agenda social no país. Na política econômica não cabem mudanças radicais, pois dependemos do que se passa no resto do mundo, e todos nós sabemos disso. A questão econômica requer tranquilidade, o país precisa estar relaxado com relação a isso. Mas, no caso da política social é diferente. Nesse campo, podemos ter uma intervenção imediata. É isso que precisamos mudar já, e só podemos fazê-lo com serenidade e com estabilidade econômica".

"Falei da permanência do Malan e do Gustavo Franco no sentido metafórico. O que quero dizer é que precisamos ter tempo para pensar na questão social, sem mexer na política econômica. Quero dizer que um governo petista fará a diferença, para o país, é no combate ao atraso social, e não na questão econômica. Daí porque pode-se manter Malan e Gustavo Franco onde estão."

"Vou contar uma história. Vi o Lula e o senador Antonio Carlos Magalhães conversando no enterro do Luis Eduardo. Vi que o defeito do nosso sistema é não fazer propostas comuns, porque todos nós, de Lula a ACM, sabemos quais são os problemas do país".

Trechos da entrevista do governador de Brasília, o petista Cristóvam Buarque, à revista Veja de 15/7/98. Só uma coisa não fica muito claro, por que Cristóvam quer então outro governo? Não é mais simples realizar civilizadas reuniões com ACM e companhia para convencer FHC a priorizar o social?

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Artgraf

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Bernardo Cerdeira, Fernando Silva

EDITORIAL

Um país a venda

No próximo 29 de julho o governo vai promover o maior leilão feito até agora de uma estatal brasileira: o da Telebrás. Com isso, o controle das telecomunicações brasileiras será exercido por grandes multinacionais e alguns tubarões nacionais associados ao capital estrangeiro.

Mas pela quantidade de grandes grupos capitalistas internacionais que já se apresentaram, depois desse leilão todo o sistema de telecomunicações do Brasil, inclusive as comunicações internacionais e a transmissão de informações via satélite, deverá mesmo ficar sob controle majoritário do capital internacional. Já não é apenas a venda de uma estatal, mas sim da soberania nacional.

Há duas edições atrás, na capa do **Opinião Socialista**, *afirmávamos que essa era a maior doação do mundo. Diante de novas e surpreendentes notícias a impressão que temos é que falar em doação é pouco.*

Agora, o novo escândalo é que o próprio governo vai financiar a compra das estatais com dinheiro público. Mais concretamente, com empréstimos do BNDES, que utiliza os recursos do PIS-PASEP. Ou seja, dinheiro dos trabalhadores, nosso dinheiro.

O ministro anunciou que o BNDES vai financiar a compra de equipamentos pelas empresas que adquirirem as teles. A justificativa do governo é que esse tipo de empréstimo obriga as compradoras a escolherem fabricantes de equipamentos nacionais estimulando o crescimento da indústria. O BNDES pretende dispor para estes empréstimos a bagatela de R$ 32 bilhões nos próximos sete anos!

Negócio de pai para filho

Mas não é difícil imaginar que esse tipo de empréstimo beneficia de maneira escandalosa as empresas que comprarem as empresas do Sistema Telebrás. Vejam os dados.

Os juros dos empréstimos, segundo o ministro das Comunicações, devem variar entre 12% e 13% ao ano. Os consumidores pagam em qualquer crediário juros de 125% ao ano. As empresas normalmente pagam juros entre 27% e 80% ao ano.

A coisa não pára aí. O pagamento dos empréstimos será feito de acordo com o desenvolvimento da empresa. Isso significa que o pagamento estará subordinado aos lucros que a empresa venha a obter no futuro.

É fácil entender o tamanho da picaretagem. É só ver as condições que já estão vigorando para as empresas operadoras da Banda B de telefonia celular. Os empréstimos cobrem: 100% das aquisições de centrais telefônicas e de sistemas de transmissão; 80% dos gastos de infra-estrutura e 70% de gastos com outros serviços. Ou seja, pode-se montar uma empresa operadora praticamente só com o capital captado com esses empréstimos. As condições de pagamento são de pai para filho: 10 anos de prazo com 3 anos de carência, ou seja, 3 anos operando sem pagar.

Todos aos atos do dia 21

Por essas e outras é que dizemos que é mais que uma doação. O governo se aliou com as multinacionais e os sócios menores da gang, os grandes grupos empresariais nacionais, para saquear o país.

As últimas pesquisas de opinião mostram que 53% da população está contra o processo de privatizações. É hora de demonstrar essa vontade, defendendo nas ruas as estatais. O **PSTU** faz um chamado a participação de todos nos atos do dia 21, convocados pela CUT, sindicatos e entidades que estão na defesa da Telebrás, em protesto a esta gigantesca maracutaia. É necessário também realizar uma grande manifestação no dia do leilão, 29 de janeiro, na bolsa de valores do Rio de Janeiro.

Abaixo as privatizações!

OPINIÃO DO CANDIDATO

Mercadores da morte

José Maria de Almeida,
Candidato do PSTU a presidente da República

As denúncias de falsificação de remédios, feitas nas últimas semanas, mostram claramente que há uma imensa máfia que negocia com a saúde e com a vida da população, principalmente dos seus setores mais pobres.

O Brasil é um dos campeões mundiais da falsificação de remédios. Alguns analistas acreditam que a venda de remédios falsos já toma conta de 30% do total de medicamentos vendidos no Brasil.

Mas não é só um problema de fabricação de remédios falsos por quadrilhas de falsificadores. Como as falsificações chegam ao mercado? Por que não há fiscalização sobre a origem dos medicamentos? É óbvio que há várias empresas distribuidoras envolvidas no negócio.

A distribuição de remédios é um excelente negócio. As 30 maiores redes de farmácias do país tiveram um faturamento de US$ 2,1 bilhões em 1997. O faturamento das grandes drogarias deve crescer 13% em 1998 em comparação com 1997. Por isso as grandes distribuidoras e redes de drogarias fecham os olhos para a distribuição de remédios falsificados.

Porém, os que mais lucram com as doenças da população são os laboratórios multinacionais que dominam mais de 80% da indústria farmacêutica.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma) o Brasil é um dos maiores mercados do mundo para a expansão dos laboratórios. É escandaloso como remédios simples rendem enormes lucros para as multinacionais. Só o anti-inflamatório Cataflan, por exemplo, rendeu US$ 123 milhões para o laboratório Norvatis. Enquanto isso, em países como a Inglaterra e a Espanha os remédios são comprados pelo Estado a preços reduzidos e distribuídos gratuitamente ou a preços mínimos para os aposentados e inscritos na previdência social.

Falsificar remédios é um crime tão grave como um assassinato. É preciso prender e punir os responsáveis, expropriando suas empresas e todos os seus bens. Mas o problema não pára aí.

O principal responsável é o governo FHC que fecha os olhos à falsificação, não fiscaliza, corta verbas para a Saúde e estimula a privatização e a mercantilização do setor.

Garantir a saúde da população é um dever do Estado. A saúde não pode ser uma mercadoria submetida à ganância das multinacionais e dos especuladores. Coerente com esse princípio o programa eleitoral do **PSTU** defenderá a expropriação sem indenização dos grandes laboratórios farmacêuticos, das grandes distribuidoras e das redes de farmácia.

AGENDA

A partir desta edição você terá neste espaço, além da *Opinião do Candidato*, a agenda de atividades de Zé Maria.

Para começar, aqui vai uma agenda geral de estados e cidades onde estará o nosso candidato a presidente até o dia 9 de agosto. Até o fechamento desta edição ainda não tínhamos recebido o calendário de atividades nos estados. Pedimos aos nossos leitores que entrem em contato com as sedes do PSTU nos estados ou cidades onde estará Zé Maria.

São Paulo	dias 20 e 21 de julho
Rio de Janeiro	dia 22
Belo Horizonte	dia 23
Rio de Janeiro	dias 24 e 25
Brasília	dias 27 e 28
Rio de Janeiro	dias 29, 30 e 31
Passo Fundo	dia 1º de agosto
São Paulo	dias 2, 3, 4, 5 e 6 de agosto
Santos	dias 7, 8 e 9 de agosto - (presença confirmada no Congresso da Federação Única dos Petroleiros da CUT)

CAMPANHA *Ativista afastado pela Volks pode ser demitido*

Metalúrgicos querem reintegração de Renan

Fernando Silva,
da redação

A campanha nacional para exigir a reintegração ao trabalho do metalúrgico e membro da Comissão de Fábrica da Volks de São Bernardo do Campo, Renan Cavalcante, começou com força. Já foram enviados à direção da empresa mais de 100 faxes, entre eles dos sindicatos metalúrgicos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Contagem, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos.

Também foram distribuídos dois panfletos do grupo de metalúrgicos cutistas do *Ferramenta de Luta*, do qual Renan também faz parte; duas assembléias em duas alas da empresa foram realizadas onde houve a solidariedade ao metalúrgico afastado e um abaixo-assinado está correndo por dentro da empresa, entre os metalúrgicos, pedindo a reintegração de Renan.

Renan foi afastado no último dia 23 de junho para apuração de falta grave e com possível demissão por justa causa. A direção da empresa afastou Renan por este ter realizado assembléias no seu setor devido a revolta dos trabalhadores com uma convocação da empresa para o trabalho aos sábados. Apesar da revolta, os trabalhadores da Volks optaram por trabalhar no sábado solicitado (dia 20), esperando por uma negociação para solucionar este problema. Mesmo assim, a empresa puniu Renan.

Diante da pressão dos metalúrgicos, a Comissão de Fábrica (de maioria da *Articulação Sindical*) e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizaram uma reunião com a direção da Volks onde, segundo o sindicato, a empresa manteve sua disposição e alegou ainda que o afastamento do membro da comissão de fábrica é uma determinação da matriz na Alemanha.

Wladimir Souza

Metalúrgicos da Volks estão revoltados com banco de dias. À direita, Renan Cavalcanti

A revolta dos metalúrgicos com a convocação para trabalhar nos finais de semana tem a ver com a insatisfação geral com o banco de dias. Esta é a razão do afastamento de Renan. É uma clara tentativa da empresa de intimidar e impedir a continuidade da luta e do questionamento ao banco de dias e quebrar a resistência aos planos de reestruturação que a multinacional tem para o Brasil. Por exemplo, uma das ameaças que páiram sobre os metalúrgicos da Volks de São Bernardo é a demissão de dois mil trabalhadores com uma possível transferência do setor de câmbio para uma nova fábrica da empresa na Argentina.

Também não se deve perder de vista que o afastamento de Renan, com uma eventual demissão por justa causa de um membro da comissão de fábrica da Volks, é um ataque a todo movimento e à organização sindical dos trabalhadores; abre um precedente gravíssimo para fortalecer os ataques da patronal contra direitos adquiridos (estabilidade de ciperios e membros de comissão).

Por isso, é necessário intensificar esta campanha de forma cada vez mais ampla e unitária. É preciso que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC se empenhe a fundo na defesa do metalúrgico Renan Cavalcante, pois este não é um ataque apenas contra uma corrente sindical do movimento. É este chamado que está no último boletim *Ferramenta de Luta*. "*É muito importante que a diretoria do nosso sindicato e a Comissão de Fábrica façam uma assembléia em todos os turnos para esclarecer os trabalhadores sobre a situação do companheiro Renan, repudiar a atitude da empresa e dar início a uma campanha pela sua reintegração*".

Veja os próximos passos da campanha

Nas próximas semanas serão realizados atos nas portas das concessionárias da Volks, nas principais capitais do país. Esta atividade foi proposta em uma reunião do bloco de esquerda da CUT em São Paulo. É um elemento de pressão muito grande sobre a empresa. Também serão distribuídos panfletos à população nas portarias das concessionárias.

Outra importante atividade é manter o envio de fax para a direção da empresa em São Bernardo. Também na próxima semana estará pronto um adesivo da campanha pela reintegração de Renan e um novo panfleto.

Enviar fax para:

Sr. Fernando Tadeu Peres
Diretor de Recursos Humanos da Volkswagen do Brasil — planta Anchieta
(011) 753-4103

Cópias para:
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Aos cuidados de Luiz Marinho — Presidente
(011) 756-3244

CUT Nacional
Aos cuidados de Júnia
(011) 242-9610

JUVENTUDE

Estudantes do PSTU debatem programa

Paula Cerqueira,
de São Paulo

No próximo dia 2 de agosto, na sede regional de São Paulo, acontecerá o primeiro seminário para o debate do programa que a juventude do PSTU estará defendendo nestas eleições. Neste seminário estarão participando estudantes da USP, PUC, e de outras universidades além de estudantes secundaristas de escolas técnicas e de várias escolas públicas de São Paulo. Muitos estudantes que estiveram junto com o partido em diversas mobilizações e congressos do movimento estarão presentes neste evento.

Necessidade concreta

De acordo com Euclides de Agrella, membro licenciado da executiva da UNE e candidato a deputado estadual em São Paulo pelo PSTU, "a iniciativa de organizamos este seminário partiu de uma necessidade concreta de aprofundarmos o debate programático com os nossos militantes e com todos aqueles que estão dispostos a apoiar nossas candidaturas. É a chance de podermos expor nossa estratégia e nosso ponto vista sobre temas importantíssimos que muitas vezes, em nosso dia a dia, passam somente pelas palavras-de-ordem".

Ainda para Euclides, "o processo eleitoral será um momento privilegiado para apresentarmos nossas propostas programáticas e, demonstrarmos que a juventude só tem futuro em um governo dos trabalhadores. Esperamos que a iniciativa de organizar semanários para apresentação de nossos candidatos seja reproduzida em todas as regionais do país".

Educação e Emprego

Os principais temas da pauta do seminário serão: Educação, Emprego para a juventude, além de temas como a descriminalização das drogas, a questão da opressão e a defesa das liberdades democráticas.

Para maiores informações ligar para (011)572-5416.

ENTREVISTA *Jurista e advogado Celso Antonio Bandeira de Mello*

"Pela Constituição, FHC é inelegível"

No último dia 14, o jurista e professor da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, Celso Antonio Bandeira de Mello entrou no Superior Tribunal Eleitoral (STE) com uma ação pedindo a impugnação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. A ação fundamentada pelo jurista deu entrada no STE em nome do ***Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)*** *e de Leonel Brizola, únicas forças políticas que apoiaram a iniciativa do citado jurista. Nesta entrevista ao* ***Opinião Socialista,*** *Bandeira de Mello explica o que significa esta ação e quais as suas consequências.*

Opinião Socialista – Qual é o caráter desta ação que foi encaminhada ao STE e o que motivou o senhor a procurar partidos dispostos a levá-la adiante?

Bandeira de Mello – A ação pede a impugnação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso e a consequente declaração da sua inegibilidade porque o presidente tinha que renunciar ao respectivo mandato seis meses antes da eleição, conforme estabelece a atual Constituição. A motivação é bastante clara: a atual candidatura de FHC a um novo mandato sem se desligar do cargo fere o princípio de igualdade e lisura entre os candidatos. Estabelece duas classes de candidatos: o atual presidente e os outros, os que não têm como desfrutar das vantagens do cargo, da exposição na mídia, das inaugurações das obras eleitorais.

O.S. – Mas a emenda constitucional da reeleição, aprovada no ano passado, não alterou a Constituição nesse sentido?

Bandeira de Mello – A emenda da reeleição mudou o artigo 14 no seu paragráfo 5º que dizia antes que não era permitida a reeleição de presidente, governadores e prefeitos. Isso, claro, foi alterado, mas o parágrafo seguinte estabelecia que o presidente da República para se candidatar a governador, senador, deputado federal, deputado estadual e até mesmo vereador teria que renunciar ao mandato seis meses antes. Este parágrafo não foi alterado.

Roberto Stuckert

FHC já está em campanha, utilizando a máquina do estado

O.S. – Sim mas a referência é para "outros cargos" que seria necessária essa desincompatibilização. Não cabe então uma interpretação favorável ao governo?

Bandeira de Mello – Mas essa omissão não significa que além de permitir a reeleição, um outro procedimento implícito tenha sido introduzido: o de abolir o princípio da igualdade de condições entre os candidatos numa disputa eleitoral. Não há na Constituição uma liberação do princípio geral de desincompatibilização. Não faz sentido o presidente ter que renunciar do cargo para concorrer a vereador e não precisar disso para concorrer a um novo mandato presidencial.

Por exemplo, a Constituição diz que a mulher do presidente, filhos, netos, irmãos, sogros, genros, noras, cunhados não podem se candidatar a nada, salvo se já tenham um mandato eletivo e queiram se recandidatar. Isso para evitar a desigualdade ou as vantagens que alguns candidatos teriam por serem da família do presidente. Então não pode ser que a Constituição tenha todo esse cuidado e depois permita que o presidente possa concorrer a um novo mandato sem renunciar ao cargo. Seria uma idiotice.

O.S. – Pelo que o senhor está dizendo é muito difícil o STE não acolher esta ação?

Bandeira de Mello – Técnica e juridicamente a nossa ação procede, não tenho nenhuma dúvida de que pela Constituição Fernando Henrique é inelegível. No caso do STE acolhe-la, julgar a ação procedente, ele teria que declarar inelegível o atual presidente da República. Claro que neste caso o governo irá recorrer. Mas de toda forma eu não me atrevo a antecipar qual vai ser o resultado de um julgamento.

O.S. – No caso de uma interpretação favorável ao governo, que tipo de precedente o senhor acha que abriria?

Bandeira de Mello – Abriria o precedente da desigualdade, de que há candidatos com privilégios, com vantagens sobre os outros, porque só a simples exposição na mídia que normalmente tem um presidente da República já estabelece uma clara desigualdade, provocaria um desiquilíbrio na democracia.

PSTU apóia ação de Bandeira de Mello

O PSTU colocou-se à disposição do jurista Celso Antonio Bandeira de Mello e entrou formalmente no STE com a sua ação pedindo a impugnação da candidatura de FHC, por considerar ser esta a única atitude correta e minimamente coerente a ser tomada por quem se contrapôs ao golpe autoritário que foi a emenda da reeleição e por quem defende as liberdades democráticas.

Nos estranha, inclusive, que – com exceção de Brizola – os partidos de oposição e seus candidatos não tenham assinado tal ação. No nosso modo de ver, todos os partidos de oposição a FHC, a começar pelo PT, devem prestar apoio a essa iniciativa.

Além de ser um golpe autoritário e antidemocrático, a forma como a emenda da reeleição foi aprovada constituiu-se em outro ato autoritário onde valeu até – a comprovada – compra de deputados.

Reeleição sem desincompatibilização é muito mais antidemocrático, permite ainda mais a utilização da máquina do Estado na campanha do candidato favorito da burguesia. É só lembrar da recente campanha publicitária de FHC na TV.

Bastam estes exemplos para perceber como essa democracia burguesa é para poucos. As próprias eleições são antidemocráticas, basta ver como age nelas o poder econômico e toda a mídia burguesa.

Evidentemente, não depositamos na justiça burguesa nenhuma confiança. O STE dificilmente vai impugnar o candidato do imperialismo e da maioria da burguesia, ainda que juridicamente a ação do professor Bandeira de Mello seja irretocável. Mas essa ação tem o mérito de trazer à tona o debate político acerca da desigualdade brutal desse processo eleitoral.

POLÊMICA

Programa de Lula não enfrenta o Capital

Bernardo Cerdeira,
da redação

No dia 6 de julho, a frente *União do Povo — Muda Brasil* lançou sua campanha eleitoral. Na ocasião, a coligação que lança Lula para presidente e Brizola vice, divulgou o documento "*Um Brasil para os brasileiros*" com as diretrizes do seu programa de governo que se propõe a "*tirar o país da crise e prepará-lo para o século XXI*". Lula também divulgou uma carta com 13 compromissos de governo caso seja eleito.

Os principais meios de comunicação e analistas burgueses atacaram duramente o programa de Lula, taxando-o de irrealizável, demagógico e fantasioso, principalmente por não dizer de onde irá tirar os recursos necessários para alcançar as metas traçadas.

É óbvio que nossa crítica é totalmente oposta a desses setores. Mas pensamos que não é por acaso que o programa de Lula tenha deixado aberto esse flanco para ataques desse tipo. Nossa diferença com o programa apresentado pela *União do Povo* vem justamente do seu enfoque mais geral.

Claro que ninguém na esquerda (e possivelmente nem entre os candidatos) pode discordar de objetivos tais como: "*O direito ao trabalho deve ser garantido a todos os brasileiros*"; "*...erradicar a fome e o analfabetismo dos lares brasileiros*"; "*...fazer da saúde um dever do poder público.*"; "*...fazer uma verdadeira reforma agrária*", "*acabar com a corrupção e a sonegação de impostos*" e outros. O problema é: como?

Não dá para mudar o país sem atacar os lucros da classe dominante

Mas para saber **como** é fundamental saber **porque** problemas tais como a fome, a persistência do analfabetismo, as desigualdades sociais, a concentração de terras, a corrupção e o descaso com a saúde e a educação existem em grau tamanho em nosso país. A carta compromisso de Lula afirma que as elites brasileiras "*fracassaram na tarefa de fazer deste grande País uma grande Nação*".

Aí começam nossas divergências. As chamadas "elites" desse país, que entendemos como sendo os latifundiários, banqueiros, grandes empresários e os políticos que eles sustentam, nunca quiseram arrancar o Brasil da miséria porque se enriqueceram e lucram todos os dias com essa miséria.

Mas quem mais lucra com a monstruosa superexploração da absoluta maioria do povo brasileiro é o grande capital multinacional. Seja através da dívida externa, da investida especulativa nas Bolsas de Valores, da compra de estatais com "moedas podres", ou ainda da abertura do mercado brasileiro aos produtos importados.

Ressaltamos essa conclusão porque é a maior diferença que temos com o programa da frente *União do Povo — Muda Brasil*: não é possível "*uma mudança profunda da economia, da sociedade e da política brasileiras em proveito das grandes maiorias, em especial dos trabalhadores*", como prega a frente, sem atacar frontalmente o interesse do capital multinacional, dos banqueiros, dos grandes empresários e dos latifundiários.

Um governo que queira "*governar em proveito das grandes maiorias, em especial dos trabalhadores*" só pode conseguir recursos se atacar e bloquear esses interesses. A *União do Povo* quer governar para todos os brasileiros, tentando conciliar interesses de classe inconciliáveis. Por isso o programa de Lula não especifica de onde virão os recursos para realizar as "mudanças profundas".

Josemar Gonçalves

Brizola e Lula durante ato de lançamento do programa da União do Povo

Diretrizes não rompem com sangria externa

A mesma lógica está presente quando se fala do necessário investimento em: saúde, para "*atingir R$ 250,00 anuais por habitante, conforme recomenda a OMS*"; em "*erradicar a fome e o analfabetismo*"; em "*garantir a todas as crianças...um lugar na escola*"; em formular um Plano Nacional de Política Urbana para "*viabilizar a produção de moradia para a população de baixa renda*", "*universalizar o serviço de água para a população*" e garantir a "*participação do governo federal na melhoria do transporte coletivo de massas*".

A maioria absoluta dessas metas seriam nossas também, mas o problema aparece de novo: como o Estado garante recursos para cumprir esses objetivos? E principalmente quem vai pagar a conta, os trabalhadores e o povo como sempre ou os banqueiros e o grande capital?

A verdade é que não haverá recursos para moradia popular, saúde e educação se o Brasil não deixar de pagar a dívida externa e a dívida interna aos banqueiros e grandes empresários. É só ver as contas. O governo reserva R$ 71 bilhões do orçamento de 1998 para o pagamento de juros aos bancos. Enquanto isso a educação fica com R$ 15 bilhões, a seguridade com R$ 19 bilhões e reforma agrária com R$ 2.

O programa da *União do Povo* só toca na dívida externa e interna para dizer que são algumas das "*graves distorções que ameaçam o país*". Mas são muito mais do que isso. Hoje a dívida externa está em US$ 212 bilhões. A dívida interna mobiliária ultrapassará US$ 300 bilhões, quase 40% de tudo o que o país produz. Estas dívidas sugam os recursos do país como um vampiro insaciável.

Além disso a dívida externa já foi paga mil vezes. Só em 1997 as amortizações (pagamento do principal da dívida) chegaram a US$ 28,7 bilhões, segundo o BC. É como cair na mão de agiotas. E de novo quem paga a conta são os trabalhadores e o povo.

O programa da *União do Povo* não se propõe a atacar os interesses dos grandes especuladores nacionais e internacionais. O outro lado da moeda também é uma verdade implacável: sem deixar de pagar a dívida externa e a dívida interna aos grandes capitalistas, não é possível garantir recursos nem para saúde, nem para educação, ou moradia. (B.C.)

José Tibiça

Programa da União do Povo não aposta na mobilização dos sem-terra para garantir a reforma agrária

Reforma agrária com a caneta?

Lula declarou que realizaria a reforma agrária com uma "canetada". Essa afirmação cria a ilusão de que com um simples decreto, assinado por Lula, se poderia assentar um milhão de famílias, sem resistência dos latifundiários.

A história recente desse país mostra o contrário. Sempre que se tentou a reforma agrária os latifundiários resistiram de todas as formas possíveis, apelando freqüentemente para a reação armada. Só com a mobilização popular promovida pelo MST, e em especial com as ocupações de terras, foi possível acelerar a Reforma Agrária. Em pouco mais de 15 anos o MST impôs a desapropriação de uma área do tamanho de Portugal.

União do Povo vai manter indenização aos latifúndios

Um programa que fale de reforma agrária sem falar que as ocupações devem continuar e que o futuro governo — que pretende governar "em proveito das grandes maiorias" — as apoiará, não passa de uma declaração de intenções vazia que não pode garantir nenhuma reforma agrária.

No entanto, há outros problemas. As diretrizes de programa falam em assentar um milhão de famílias. Isso estaria longe de resolver o problema dos sem-terra que, segundo o MST, seriam 4,5 milhões de famílias. Além disso Lula fala *em "desapropriar terras ociosas como determina nossa Constituição"*. Isso significa que o direito à desapropriação existe mas também significa que o Estado pagará desapropriações aos latifundiários.

Mas de onde virá o dinheiro para desapropriar terras para um milhão de famílias, considerando que o Estado terá que subsidiar os gastos com o assentamento de toda essa gente? E o que fazer com os outros 3,5 milhões de famílias?

O problema de fundo é óbvio: o programa da *União do Povo* se recusa a defender **a expropriação dos latifúndios sem indenizações**. Essa é a única medida que permite que todos os recursos do Estado sejam canalizados para assentar as famílias na terra, financiando a obtenção de instrumentos de trabalho, sementes, a construção de moradias, etc.

A expropriação sem indenizações é mais do que justa, é legítima, porque a maioria absoluta dessas terras foi obtida por meio de grilagem, falsificação de títulos, favores obtidos de governos anteriores através de corrupção, etc, e também foi utilizada durante anos para a especulação.

Pode-se argumentar que não haveria base legal para uma medida desse tipo. Mas um governo "das maiorias, em especial dos trabalhadores" que estivesse convencido dessa necessidade, teria todas as condições para desencadear uma mobilização popular nacional que a impusesse. **(B.C.)**

Redefinir ou estatizar o sistema financeiro?

É possível falar em *"redefinir o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis"* como faz o programa da *União do Povo*, sem acabar com o verdadeiro saque que os banqueiros vem realizando na economia nacional?

Um exemplo desse saque foi a criação do Proer, um verdadeiro presente para os banqueiros com o dinheiro público. O total do dinheiro do Proer gasto para favorecer os banqueiros foi de US$ 23 bilhões. Para que se tenha uma idéia, essa soma é mais que o orçamento da saúde e da educação juntos. Com esse dinheiro poderiam ser construídas 2 milhões e 300 mil casas populares ao custo de US$ 10 mil cada uma.

Mas o problema do programa de Lula é mais profundo. É impossível falar em *"dar crédito público e apoio técnico para a criação de Bancos do Povo e para cooperativas, micros, pequenas e médias empresas"*; *"facilitar o crédito para os pequenos e médios proprietários rurais"* sem resolver a seguinte contradição: com esse sistema financeiro os bancos privados tem lucros astronômicos e os bancos estatais prejuízos, porque fornecem créditos baratos que endividam o Estado.

Para baixar os juros, terminar com a especulação financeira e dar crédito popular para a produção agrícola, para cooperativas e para moradia, é preciso expropriar os bancos privados sem indenizar os banqueiros e estatizar o sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.

Os banqueiros não devem ser indenizados porque já tiveram lucros exorbitantes durante todos os anos da inflação e agora mais ainda com a altíssima taxa de juros. Ao contrário, será necessário uma auditoria sobre todos os bancos privados para identificar desfalques e irregularidades e punir os responsáveis.

A estatização do sistema financeiro não significará o confisco da poupança dos pequenos correntistas. O PSTU rejeita categoricamente roubos "legalizados" como o confisco das cadernetas de poupança do Plano Collor.

Ao contrário, a estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores é a única medida que pode proporcionar crédito barato e acessível às camadas menos favorecidas da população. Os grandes banqueiros privados atuam com a lógica da agiotagem, da especulação e de lucros astronômicos. Só bancos estatais podem garantir crédito amplo para duas questões essenciais para o conjunto da população: moradia e terra.

Por exemplo, para realizar uma reforma agrária é essencial o apoio dos bancos para o assentamento das famílias sem-terra. E além disso esse apoio é fundamental também para garantir crédito barato aos pequenos agricultores. Hoje já é assim mas em condições precárias. Em São Paulo o Banespa é responsável por 45,9% do número de contratos rurais de 1997, segundo o Banco Central. Mas isso não garante nem a reforma agrária nem 10% dos créditos que seriam necessários. (B.C.)

MOVIMENTO

104 dias de luta!

Chico Porto,
da redação

Nestes últimos meses, de norte a sul, de leste a oeste do país, nas principais capitais e cidades brasileiras, se desenvolveu uma heróica greve que durou 104 dias envolvendo professores, funcionários e estudantes das Universidades Federais, que trocaram as salas de aula pelas praças, avenidas e prédios.

A greve nas universidades, que contou também com a participação dos professores e funcionários de escolas federais de 1º e 2º graus, demonstrou o descaso do governo também para com o ensino superior.

A universidade pública brasileira, não é de hoje, vem sendo constantemente atacada. Para a comunidade universitária isto não é novidade. Porém, desta vez os ataques do governo ao ensino superior foram denunciados desde de março, e "ao lado dos saques no Nordeste, da alta do desemprego e da luta pela reforma agrária, esta greve em defesa do ensino público e gratuito foi mais um importante elemento que contribuiu para o desgaste de FHC e sua constatada queda nas pesquisas eleitorais", *Rogério Marzola, diretor da Federação dos Servidores das Universidades (Fasubra).*

Em quatro anos de FHC, esta foi a terceira greve das universidades. E proporcionalmente aos recordes de ataques que os professores FHC e Paulo Renato (ministro da Educação) vêm impondo ao serviço público e à Educação, esta greve também bateu seus recordes. "Esta foi a greve de maior adesão por parte dos professores, participaram 51 das 52 seções sindicais da Andes (Associação Nacional dos Professores Universitários)", *conta Marina Barbosa, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).*

Ana Paula

Estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

"Ainda temos disposição de luta"

O ***Opinião Socialista*** *ouviu dois ativistas da greve das universidades e militantes do* ***PSTU****. Rogério Marzola é diretor da Fasubra e funcionário da Universidade Federal Rural de Pernambuco; ele esteve também no Comando Nacional Unificado da greve. Marina Barbosa é professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ela esteve representando a UFF no Comando Nacional de Greve da Andes em Brasília.*

Opinião Socialista – Como saem os funcionários das universidades federais desta greve?

Rogério – Começamos nossa greve dia 14 de abril e acho que estamos saindo bem. Lutamos contra um governo duro e esta já é a terceira greve que realizamos contra FHC e Paulo Renato. Acho que se não fosse a nossa luta, da comunidade universitária, o governo ficaria enrrolando mais ainda com relação ao pagamento dos 28% que todo o funcionalismo público civil tem direito. Colocamos a defesa da universidade no centro do debate nacional. Organizamos um comando conjunto com estudantes e com os professores e funcionários de 1º e 2º graus. Saímos ainda com muita disposição de luta.

O.S. – Na última semana a revista *Veja* publicou uma matéria que acusa as universidades públicas federais de ineficiência. Um dos argumentos é de que há excesso de funcionários nas públicas se comparado com as universidades privadas. Como você responde a isso?

Rogério – Bem, em primeiro lugar, não é verdade que sobram funcionários, pelo contrário, faltam. E tanto faltam que este era um ponto de reivindicação nosso e dos professores: abertura de concurso público. Não é possível comparar uma universidade pública com uma universidade privada porque na universidade particular não há hospital universitário, não há unidades rurais para as ciências agrárias, enfim não há pesquisa e não há extensão. Somos hoje em torno de 90 mil servidores de universidades e 30 mil estão lotados nos hospitais. Na maioria das universidades, a falta de liberação do MEC para concursos públicos tem feito as universidades até gastarem mais, contratando mão-de-obra terceirizada, ao invés de concurso público.

Opinião Socialista – Quais são os passos agora depois do encerramento da greve?

Marina – Primeiro é necessário dizer que nós tivemos um saldo que ninguém nos vai tirar, que é a capacidade de resistência em defesa da universidade pública e gratuita. Agora com a retomada das aulas nós queremos discutir amplamente o significado desta greve. Como parte da resistência que continua queremos organizar manifestações conjuntas no dia 11 de agosto, dia nacional dos estudantes e também em 7 de setembro, que a CUT está indicando como dia nacional em defesa do patrimônio público e contra as privatizações.

OPINIÃO

"Continuaremos a defender a Universidade"

Comando Nacional de Greve da Andes

Reproduzimos aqui alguns trechos da primeira avaliação pública dos dirigentes da greve dos professores.

"(...) por indicação do Comando Nacional de Greve das Instituições Federais de Ensino Superior, encerra-se uma greve de 104 dias, uma das maiores da história dessas instituições em duração, amplitude, aceitação e inserção social. Os professores construíram um movimento nacional que muito além de uma luta pela recuperação de quase quatro anos de arrocho salarial, se propôs a discutir as questões vinculadas às IFES. (...) Ultrapassando as fronteiras da Universidade, nosso movimento contribuiu para amplificar o debate sobre o Brasil, país que a milionária publicidade oficial, em vão tenta ocultar:

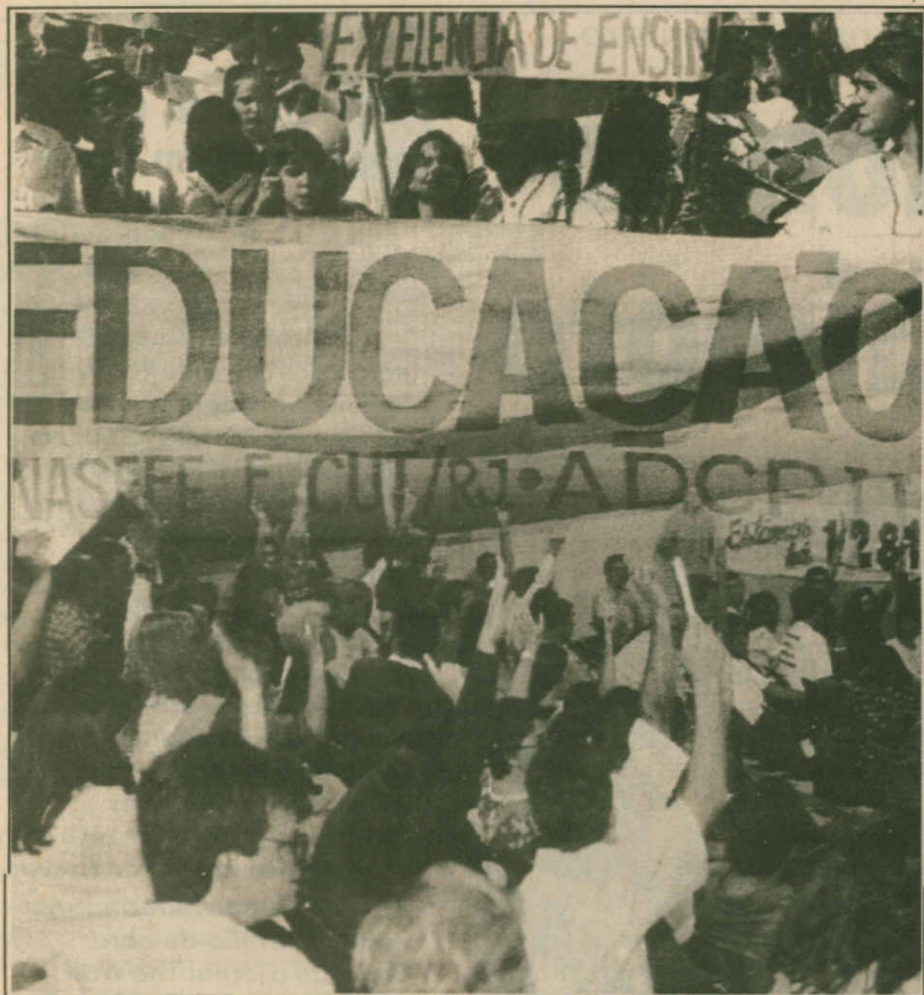
— um Brasil da fome, da seca e dos saques no Nordeste; da dengue, da malária (...) entre outras epidemias há décadas controladas em outros países;(...) das legiões de desempregados e subempregados que vagam pelas ruas das cidades;

— mas também um Brasil do Proer, da concentração de renda indecente, (...) da sangria provocada pela canalização de juros aos grandes bancos e especuladores (...)

Após a aprovação de uma lei que jamais reivindicamos, e diante da impossibilidade de manter o movimento na atual conjuntura, a greve precisou ser encerrada. Não o fazemos por concordar com uma gratificação excludente e discriminatória, a qual nos foi imposta e que contribui para instaurar entre nós um processo de segmentação do trabalho exigido pelo projeto do Banco Mundial para a futura privatização da universidade pública brasileira.

Concluímos a greve sob protesto, mas não abandonamos a nossa luta.(...)

Os docentes reafirmam a continuidade da luta em defesa da universidade."

Ana Araújo

Manifestação, no Rio de Janeiro, durante a greve

"Direção da UNE jogou contra"

*Os estudantes encaminharam sua adesão conjunta à greve e a sua participação no Comando Unificado da Fasubra e do Sindicato dos Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (Sinasefe) a partir do dia 4 de maio. Dirley Santos, estudante de geografia, coordenador Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Fluminense (DCE-UFF) e militante do **PSTU**, esteve neste no comando nacional unificado e fala ao **Opinião Socialista**.*

Opinião Socialista – Como foi a participação dos estudantes durante a greve?

Dirley – Em algumas universidades os estudantes votaram greve logo no início, junto com os professores, como aqui na UFF, onde entramos em greve na mesma tarde que os professores haviam votado, no dia 31 de março. No Mato Grosso, a universidade não tinha dinheiro nem para pagar conta de água e luz, lá a greve começou dia 12 de março e os estudantes entraram em greve antes dos professores. Em São Carlos, uma assembléia com 1.600 estudantes votou greve por tempo indeterminado e os professores que estavam numa greve pipoca, acabaram seguindo os estudantes.

O importante é que apesar da postura da maioria da direção da UNE, os estudantes participaram e muito.

O.S. – Explique o que foi essa postura da direção da UNE?

Dirley – Olha só, em meados de março, o comando de greve da Universidade Federal de Santa Catarina e o DCE-UFF propuseram, num encontro da executiva da UNE com DCE's de públicas, que a diretoria da UNE encaminhasse a greve nacional dos estudantes. A UNE não o fez. Mesmo assim as greves foram saindo isoladas no mês de abril. Nos dias 2 e 3 de maio houve o Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (Coneg).

O.S. - Mas na aquele momento já não estavam em greve várias Universidades?

"Mesmo sem apoio da UNE conseguimos parar 30 Universidades"

Dirley - Em 13 universidades os estudantes tinham votado greve. Porém, mesmo assim, a maioria da direção da UNE, jogou os estudantes das escolas pagas contra os das escolas públicas em greve e chamou a votar contra a construção da greve nacional de estudantes das públicas usando a máscara do "apoio onde saísse greve". A direção majoritária da UNE jogou contra o movimento.

Mesmo sem o apoio da UNE, em dez dias saltamos de 13 para 26 universidades federais com greve votada por estudantes e montamos um comando unificado com os funcionários. Agora ao final, 30 escolas haviam votado greve de estudantes. Em todo este tempo a maioria da direção da UNE só compareceu uma vez no comando nacional de greve, no dia 1º de junho.

Conclusões de uma greve heróica

Euclides de Agrella,
membro da Direção Nacional do PSTU

A greve das universidades federais representou uma importante mobilização contra o governo e a Reforma Educacional. Em primeiro lugar, porque adiou a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 370, que regulamenta os planos neoliberais para o ensino superior.

Em segundo lugar, porque conseguiu demonstrar para todos os trabalhadores e o povo a calamitosa situação das universidades federais do país, submetidas a um brutal corte de verbas, com suas instalações e equipamentos em franca decomposição, com seus professores e funcionários mal remunerados, com bolsas de trabalho e pesquisa sendo cortadas. Foi isso que fez com que a greve dos professores e funcionários rapidamente conseguisse a adesão do movimento estudantil. Foi esse estado de penúria, fruto de um processo de sucateamento, que aprofundou-se qualitativamente durante o governo de FHC, que fez com que a maioria da população visse não só a greve como justa, como apoiasse as reivindicações salariais dos professores e funcionários.

A greve das universidades federais, mesmo com os professores e funcionários não tendo conquistado suas reivindicações salariais (aos professores foi concedido a Gratificação de Estimulo a Docência) conseguiu desgastar a reforma educacional, uma das principais bandeiras de propaganda do governo FHC e chamar a atenção da população para a defesa do ensino público e gratuito ameaçado pela reforma do Estado. Esta greve das universidades federais foi, na nossa opinião, apenas o ensaio geral dos grandes enfrentamentos que ainda estão por vir em defesa do ensino superior público e gratuito.

Obrigado não fumo

Mas é necessário registrar que a postura das direções majoritárias da CUT e da UNE foi lamentável. Foram 104 dias de greve e a CUT sequer buscou discutir com professores e servidores a possibilidade de uma greve nacional da educação pública, que fosse ao menos de 24 horas, em solidariedade à greve das universidades federais e contra a reforma educacional, que pudesse denunciar a municipalização do ensino básico, a reforma do ensino médio, a modularização do ensino técnico e defender o ensino publico e gratuito para todos e em todos os níveis.

A *União da Juventude Socialista*, direção majoritária da UNE, representou desde o inicio um entrave para a unificação da luta dos estudantes com os professores e funcionários. Mesmo contra a direção majoritária da UNE, os estudantes decretaram greve em 30 das 52 Instituições de Ensino Superior e organizaram um comando nacional em Brasília junto aos comandos de professores e funcionários. Foram realizadas inúmeras passeatas, ocupações das delegacias do MEC nos estados, ocupações de reitorias, acampamentos nas universidades e caravanas à Brasília.

Furando o bloqueio

Outro papelão fizeram os parlamentares do PT e do PCdoB, que, mais preocupados com o calendário eleitoral e animados pela estúpida e oportunista tese de que a greve poderia desgastar a candidatura de Lula, vacilaram quando o governo quis impor a votação em caráter de urgência urgentíssima do seu projeto de gratificação. Isso quando o movimento dos professores e servidores reivindicava que os parlamentares de esquerda boicotassem a votação. O único parlamentar a atender desde o início esta reivindicação foi Lindberg Farias do PSTU.

Apesar de tudo isso, esta greve impôs um razoável desgaste à reforma universitária. Professores, servidores e estudantes saíram de uma duríssima luta apoiados pela população. E além disso, mostraram que é possível furar o bloqueio das direções majoritárias dos trabalhadores e estudantes, construindo a luta de forma democrática e pela base.

Ana Araújo

J A P Á O *Derrota provocou renúncia do primeiro-ministro*

70% votaram contra o governo Hashimoto

Fabio Bosco,
de São Paulo

O povo japonês repudiou o governo Hashimoto, do Partido Liberal Democrático (PLD), nas eleições de 12 de julho para renovar 126 das 252 vagas da câmara alta (senado). A participação dos eleitores cresceu 14,33% com relação às últimas eleições chegando a 58,8%. A maioria dos parlamentares não foram reeleitos. Com a derrota do governista PLD, saíram fortalecidos o Partido Democrático, união de vários partidos burgueses de oposição, e o Partido Comunista. A primeira consequência do resultado eleitoral foi a renúncia do primeiro-ministro, Ryutaro Hashimoto.

Das 126 vagas, 76 são preenchidas por voto distrital (vota-se em candidatos) e 50 vagas por voto proporcional (vota-se nos partidos). Nas proporcionais o PLD obteve só 14 vagas. Nos distritos elegeu 30 parlamentares. Mas não conseguiu eleger nenhum candidato nas principais cidades. Ou seja, baixou de 61 parlamentares para 44. O PLD precisava eleger 69 para ter maioria na câmara alta. No entanto ele segue com maioria na câmara baixa do parlamento japonês, a Dieta.

Um dos temas decisivos da campanha foi o das medidas econômicas frente à crise. O governo Hashimoto elevou o imposto sobre o consumo de 3 para 5%. Todos os partidos de oposição defenderam a redução do imposto. Outros temas foram a sucessão de escândalos de corrupção e a incapacidade do governo de sair da recessão e retomar o crescimento econômico.

Este resultado é importante pois o PLD, fundado em 1955 unindo políticos representantes de diferentes grupos capitalistas, só esteve fora do governo por um breve período nos anos 90. Agora os partidos de oposição estão pedindo a dissolução da Dieta e a convocação de eleições gerais, que poderão aprofundar a crise do sistema capitalista no Japão.

O Partido Comunista Japonês obteve 8,2 milhões de votos, 14,6% do total. Elegeu 8 nas proporcionais e 7 nas distritais, dos quais 6 nas grandes cidades. Dos 15 eleitos, 6 são mulheres. Foi a maior votação de sua história para a câmara alta.

O PCJ foi fundado em 1922. Após a 2ª Guerra Mundial apoiou a ocupação americana e foi legalizado. Sua base eleitoral são os trabalhadores e a pequena burguesia urbana. O PC recusa fundos de empresas ou do governo, e é sustentado pela venda de seu jornal, *Bandeira Vermelha*, com 2,5 milhões de exemplares.

Nas eleições, o PCJ denunciou que o governo destinou 30 trilhões de yens (cerca de US$ 230 bilhões) para ajudar os banqueiros japoneses mas relutou até o último instante em reduzir o imposto sobre o consumo. Não que o PC tenha retomado qualquer caráter revolucionário. Seu presidente Tesuzo Fuwa declarou: "*Não estamos dizendo que as grandes empresas devem desaparecer. Estamos dizendo que precisamos instituir normas democráticas para que não se favoreçam apenas as grandes companhias, mas que também protejam o povo*".

Associated Press

Ryutaro Hashimoto renunciou um dia após as eleições

◆ Resultado das eleições

Parlamentares eleitos	proporcional	distrital
Partido Liberal Democrático	14	30
Partido Democrático	12	15
Partido Comunista	8	7
Komei (budista)	7	2
Partido Liberal	5	1
Partido Social-democrata	4	1
Independentes	0	20
Total	50	76

US$ 1 trilhão de créditos podres

"*Quando os poderosos caem, os meros mortais ficam com medo*". Assim a revista *The Economist* inicia seu editorial sobre a crise japonesa. Esta crise não começou agora. Em 1991 estorou uma crise econômica que, sinteticamente, significou uma desvalorização generalizada de ativos (imóveis, ações, etc), reduzindo os investimentos dos grandes conglomerados japoneses, e gerando créditos inadimplentes nos bancos. De lá para cá o Japão foi perdendo espaço no mercado mundial em setores onde tinha hegemonia como aço, automóveis, TV a cores e semicondutores.

Agora, a crise asiática, com o espiral de desvalorização de ativos e das moedas, aprofunda a crise japonesa pois reduz os mercados para os produtos japoneses e alimenta a crise bancária. Hoje calcula-se que os créditos inadimplentes do sistema financeiro japonês chegam a US$ 1 trilhão. Para piorar, a situação da economia mundial não está boa, e várias analistas apontam a possibilidade da recessão japonesa levar à uma depressão internacional. (F.B.)

ESTADOS UNIDOS

Operários da GM continuam em greve

Clara Paulino,
de São Paulo

No fechamento desta edição, os cerca de 9.200 metalúrgicos de duas unidades da General Motors (GM), em Flint, Michigan, Estados Unidos (EUA), entravam no segundo mês de greve. Através do movimento, os trabalhadores tentam impedir o corte de conquistas adquiridas e a terceirização.

A direção da GM quer tornar a empresa mais competitiva e, portanto, precarizar as condições trabalhistas de seus empregados, aumentando sua produtividade e reduzindo os custos com mão-de-obra. Segundo o jornal The Wall Street Journal (7/7/98), a GM alega precisar cortar 50 mil postos de trabalho, ou 22% dos funcionários nos EUA, para tornar-se tão competitiva quanto suas concorrentes.

Opção pelo confronto

Para a GM, o determinante é conseguir um acordo com o sindicato dos metalúrgicos americanos, a United Auto Workers (UAW), que garanta o aumento dos índices de produtividade de suas fábricas, reduzindo ao máximo os custos operacionais. Por isso, apesar de constatar uma queda de 73% em seus lucros, no segundo trimestre deste ano, a GM prefere partir para o confronto e não negociar nada com os operários.

Metalúrgicos da CUT aprovam campanha

Em reunião da sua diretoria, realizada no final da primeira quinzena de julho, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT aprovou uma campanha nacional de apoio e solidariedade à greve dos metalúrgicos da GM norte-americana. Também foi aprovado a ida de uma delegação brasileira aos EUA para acompanhar o movimento.

Todas as entidades podem manifestar apoio ao movimento dos operários de Flint, enviando mensagens para os seguintes endereços:
United Auto Worker (UAW)
Solidarity House 8000 - East Jefferson Avenue
Detroit - Michigan - 48214 - USA
ou
1757 N Street N. W. -
Washington DC 20036 - USA

Endereço eletrônico da UAW - uawiad@igc.apc.org

RÚSSIA *Situação é explosiva e trabalhadores russos estão pagando a conta*

Ieltsin quer segurar a crise com pacote pró-FMI

Ricardo Souza,
de Moscou

"Moscou, o último trem", este é o título de um dos editoriais recentes do jornal espanhol *El País*. Sobre a situação política e econômica da Rússia, o jornal diz: *"Somente a compreensão comum de que o colapso é iminente pode fazer funcionar desta vez o plano de choque colocado pelo primeiro ministro a um parlamento que lhe é hostil"*. E conclui: *"Moscou está prensada entre uma situação social explosiva – cujo lado mais visível são as greves e os milhões de trabalhadores que não recebem salários – e as exigências do FMI, que só colocará mais dinheiro se o governo russo cortar gastos. Além disso, na complicada situação política-econômica russa, a gestão das contas públicas é influenciada por um punhado de magnatas que representam interesses concretos, estão mais atentos às suas contas correntes do que em evitar a bancarrota."*

Nos últimos meses com o agravamento da crise da economia mundial, a Rússia foi arrastada para o fundo do poço. Apenas alguns dos últimos dados confirmam o grau da crise: o preço do petróleo caiu 40%, um terço do que é arrecadado pelo Estado se destina a pagar uma dívida de US$ 200 bilhões, a bolsa já desvalorizou em mais de 50% desde janeiro e a dívida do Estado para com os trabalhadores é incalculável, segundo estimativas de analistas econômicos ela pode chegar a US$ 500 bilhões!

A política do governo Ieltsin diante desta situação foi baixar um pacote que nada deixa a desejar às habituais medidas dos governos burgueses dos países subdesenvolvidos. As principais são:

a) redução de pessoal na administração pública (estimados em 200 mil funcionários);

b) introdução de um imposto nas terras improdutivas e facilitar a propriedade privada da terra;

c) redução do tipo máximo de imposto sobre os lucros das empresas e sobre a renda das pessoas;

d) redução ou eliminação dos subsídios federais;

e) Ajustes nas tarifas de gás, eletricidade, e as de transporte de petróleo e carvão;

f) Aumentar a arrecadação com a privatização de empresas estatais

As medidas falam por si. A essência do pacote de Ieltsin é fazer com que os trabalhadores e o povo russo paguem para que as grandes empresas tenham benefícios. É um pacote para satisfazer os interesses do imperialismo e do sistema financeiro.

Os "comunistas" do Partido Comunista da Federação Russa, de Zyuganov, apesar de muita gritaria no parlamento, estão votando o pacote na base da negociação das suas medidas.

Entretanto, no começo do mês houve uma polêmica importante entre o primeiro-ministro Kirienko e a gigantesca Companhia Estatal de Gás (Gaspron, que detém o monopólio do transporte de petróleo e gás natural na Rússia). Kirienko ameaçava confiscar as propriedades "improdutivas" da Gaspron, ou seja, os privilégios da burocracia da empresa (iates, fazendas etc.) se a estatal não pagar sua dívida tributária com o Estado que chega a US$ 400 milhões. O governo ameaçava inclusive cortar a representação de 35% das ações que o Estado tem na Gaspron.

Pacote do governo prevê o fim de todos os subsídios federais

De outro lado, os deputados no parlamento que representam a Gaspron entraram com uma representação para que o Estado pague sua dívida com a estatal, na medida em que a Gaspron mantém as entregas às empresas do Estado, porém estas empresas não estão pagando a fatura da Gaspron.

É neste ponto que concentram-se todas as grandes contradições da situação russa. O ataque de Ieltsin a Gaspron é um ataque direto do imperialismo e uma exigência do FMI para desbloquear os "empréstimos" para o país pagar a dívida com os bancos e evitar uma grande desvalorização da moeda no mercado financeiro.

Um parênteses. O problema geral destas dívidas públicas tem um outro conteúdo. Faz falta uma palavra-de-ordem que levante o não pagamento de nenhuma dívida com as empresas e os bancos. Como disse Marx, a dívida pública é o paraíso para os banqueiros (e agregue-se aqui o papel do FMI). Não pagar, por exemplo, a dívida para com os bancos significa pagar a dívida para com os trabalhadores russos.

Voltando a Gaspron. A exigência do imperialismo é a liquidação pura e simples do monopólio do gás e a sua repartição entre as grandes empresas multinacionais do setor (européias e norte-americanas) que, diga-se de passagem, têm projetos para abocanhar o transporte de petróleo e gás natural nos territórios das antigas repúblicas soviéticas ligando o corredor Ásia-Caucaso-Europa.

AP

Sem salário, operária vende flores nas ruas de Moscou

Operários pedem solidariedade

Enquanto se debate o pacote de Ieltsin, os mineiros russos novamente voltavam a cena no começo do mês com novas manifestações como o bloqueio de ferrovias. Esses trabalhadores estão em luta ininterrupta exigindo o pagamento de salários atrasados, que em alguns casos chegam a três anos. Mas as reivindicações já não se limitam a cobrança da dívida do Estado. Com as recentes medidas de Ieltsin e a interferência do FMI, cresceram as palavras-de-ordem políticas. Cada vez mais o *Fora Ieltsin* ganha força entre os trabalhadores.

De outro lado, não podemos esquecer que os mineiros russos, que no calor da luta organizaram-se em sindicatos independentes, estão apelando à solidariedade internacional dos trabalhadores. É o caso dos operários da AOZT mina Kuznetskaya que reivindicam a anulação da privatização da mina e o pagamento dos salários que estão atrasados desde 1995.

O Sindicato *Unidade* (organização sindical da AOZT mina Kuznetskaya) continua pedindo a solidariedade internacional do movimento operário às suas reivindicações. As cartas devem ser enviadas para:

Tribunal Federal do Distrito da Sibéria Ocidental
625000, Tiumen, ul. Volodarskovo, 48
Federação Russa
Presidente do Tribunal: Tolmachev Nikolay Vasilievich
Primeiro vice: Koloskov Anatoly Alexandrovich

Cópias para:
Zirianov Viktor Nikolaevich
Presidente do Sindicato Unidade,
Mina Kuznetskaya
652563 – Polisaevo, Kemerovskaya Obl.
Ul. Krasnocelskaya d.8
Federação Russa

30 mil contribuições para o PSTU!

A primeira campanha financeira do PSTU de 1998 foi um sucesso. Cerca de 30 mil contribuições tornaram possível arrancar com tudo a campanha do candidato do PSTU a presidente e dos nossos candidatos a governador. Além disso, esta campanha demonstrou que é possível conseguir o apoio financeiro dos trabalhadores e estudantes dentro da tradição do movimento operário, oposta da forma burguesa de arrecadação financeira.

Os partidos burgueses como o PSDB, o PFL, o PPB e o PMDB conseguem dinheiro para suas campanhas eleitorais de duas maneiras. A primeira é a contribuição direta dos grandes banqueiros, industriais e latifundiários, que os apóiam com grandes somas de dinheiro em troca dos favores que estes partidos lhes farão depois ao governarem. A segunda é o saque direto do aparelho de estado, com campanhas milionárias como a que o governo FHC fez nas últimas semanas para provar que fez o que não fez.

Esta é a forma tradicional da "política" burguesa, encarada com profunda desconfiança por toda a população e, em particular, pelo movimento operário. Toda a geração de ativistas que ajudou a formar a CUT, assim como o PT, lutou contra estes métodos da burguesia na década de 80. Infelizmente o PT, em nome da "modernidade", do "realismo", passou a adotar parte desta metodologia ao aceitar contribuições de empreiteiras como a Oderbrecht, de bancos como o Itaú.

Nós dizemos Não! Não temos compromissos com a burguesia e não vamos comprometer a independência de nosso programa em troca do seu dinheiro. Vamos recorrer ao diálogo direto com os ativistas das fábricas, das escolas, dos bancos, das ocupações de terras, das lutas contra as privatizações, das greves. Recorremos a você, caro leitor e amigo. E, felizmente, a resposta foi excelente.

Também queremos destacar que os nossos candidatos, em meio a inúmeras atividades, estiveram na linha de frente desta campanha. Só o nosso candidato a presidente, Zé Maria, conseguiu 325 contribuições. A nossa campanha eleitoral se viabiliza desde o início com a marca da independência clara em relação a todos os setores da burguesia.

João Zinclar

Vamos à uma nova campanha

Muitos companheiros que não são do PSTU participaram da nossa primeira campanha financeira. Conseguiram boa parte destas milhares de contribuições em seus locais de trabalho, ou nas suas escolas, ou nos seus bairros.

Pois é a vocês mesmos que estamos novamente apelando. Estamos começando uma nova campanha de contribuições com o objetivo de viabilizar o pagamento da produção dos nossos programas de tevê e rádio, e a produção dos novos panfletos dos nossos candidatos.

Vale lembrar que a televisão será quase monopolizada pelos grandes partidos. Só FHC terá 23 minutos por dia. Nós teremos pouco mais de 30 segundos. Mas para garantir estes 30 segundos teremos que pagar estúdios de gravação, produção dos vídeos, etc.

Por isto estamos propondo que você, amigo e simpatizante, venha junto conosco fazer esta nova campanha. Consiga com um dos militantes do PSTU o talão de contribuições e nos ajude a realizar uma campanha ainda maior. Vamos lutar para chegar as 40 mil contribuições financeiras para o PSTU!

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - tel (011) 549-9699 / 575-6093

Alagoinha (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105

Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105

Belém (PA): Travessa 3 de Maio, 1807 - São Brás - tel (091) 249-1639

Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, sala 201

Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel (061) 225-7373

Diadema (SP): Praça dos Cristais, 6 sala 3 - Centro

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro

Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972

Goiânia (GO): (062) 225-6291

Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita

Maceió (AL): Rua Minas Gerais,197/2 - Poço

Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821- Altos Centro - tel (092) 234-7093

Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro

Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro

Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063

Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro

Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista

Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242

Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689

São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho, 64

São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845

São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53

São Luís (MA): tel (098) 246-3071

São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416

Terezina (PI): Rua Lizandro Nogueira, 1655 sala 02 - Centro

O endereço da nossa home page é:
pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é:
pstu@uol.com.br

PSTU
Jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92